



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001190-10.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **São Paulo Previdência - Spprev**
 Embargado: **HERCILIA MARIA DA SILVA FELIZARDO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV opõe embargos à execução que lhe move **HERCILIA MARIA DA SILVA FELIZARDO**, pedindo (a) a extinção da execução sem resolução do mérito, ante a ausência de título executivo (b) subsidiariamente, a redução do montante exequente por conta da existência de excesso de execução.

A embargada ofertou impugnação (fls. 61/76).

É o relatório. Decido.

Julgo os embargos imediatamente (art. 740 c/c art. 330, I, CPC), pois a matéria controvertida é exclusivamente de direito.

A embargada, que recebe pensão por morte, venceu mandado de segurança, obtendo a majoração no valor do benefício. Sustentando que a decisão final do *mandamus* seria título executivo, moveu execução com a finalidade de cobrar da embargante diferenças relativas às parcelas anteriores à propositura da ação mandamental.

A embargada, porém, é carecedora da ação, faltando-lhe título executivo hábil à execução que, nessa linha de raciocínio, foi a via inadequada para a pretensão de cobrança.

Isto porque a decisão final proferida no mandado de segurança não constitui título executivo no que diz respeito a essas parcelas, anteriores ao aforamento daquela demanda. O art. 14, § 4º da Lei nº 12.016/09 é expresso ao mencionar que o pagamento dos valores assegurados na decisão final do *writ* somente deve ser feito em relação às prestações posteriores ao ajuizamento, e no mesmo sentido é a Súm. 271 do STF. O art. 475-N, I do CPC efetivamente considera título executivo a sentença declaratória de obrigação de pagar quantia, inovação da Lei nº 11.232/05¹. Todavia, a decisão final do mandado de segurança não declarou a obrigação de a embargante pagar quantia em relação a parcelas anteriores à propositura daquela demanda, e nem poderia fazê-lo, justamente porque

¹ A evolução doutrinária e jurisprudencial, assim como o sentido e o alcance da nova norma serão bem compreendidos com a leitura do estudo denominado *Da sentença que "reconhece a existência de obrigação" como título executivo (CPC, art. 475-N, I)*, de autoria de André de Freitas Iglesias, disponível na internet no site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp040913.pdf>.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a lei não autoriza essa declaração, eis que o art. 14, § 4º da Lei nº 12.016/09 limita o conteúdo e, portanto, a eficácia da sentença proferida no mandado de segurança, que somente atingirá parcelas posteriores à propositura.

O caso então é de uma obrigação da embargante (de pagar diferenças anteriores à propositura do mandado de segurança) que pode até ser certa, líquida e exígível, mas certamente não está "consubstanciada em título executivo" (art. 580, CPC). A execução é via inadequada para a cobrança.

A embargada, com todas as vênias a entendimento diverso, equivocou-se quanto à ação própria, mencionada na Súm. 271 do STF, para a cobrança das parcelas anteriores ao mandado de segurança. A ação própria é a de conhecimento, não a de execução.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos e EXTINGO o processo de execução, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC, CONDENANDO a embargada em verbas sucumbenciais e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 13 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**